



19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 14/2021-25 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 19 DE ABRIL DE 2022**

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Sarmiento Gouveia de Assunção e Afonso Manuel Batista Dias, teve lugar a décima quarta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco, a qual estava agendada para o dia vinte e um de abril corrente, e que, por conveniência dos serviços, foi antecipada para este dia.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número treze da reunião desta Câmara Municipal de sete de abril corrente, a qual foi aprovada por unanimidade, sem alterações. O **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 -Apreciação e aprovação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2021

PONTO 2 - Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2021

PONTO 3 - CIMDouro - pedido de pagamento do valor de € 3.624,00, relativo à Operação Somos Ucrânia

PONTO 4 - CIMDouro - pedido de pagamento do valor de € 845,00 relativo à participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, nos dias 16 a 20 de março de 2022

PONTO 5 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 6 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 7 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 8 - Informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - referente ao período de 07.12.2021 a 31.12.2021

PONTO 9 - Informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua

reprogramação - referente ao período de 01.01.2022 a 18.04.2022

PONTO 10 - 1ª Alteração modificativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do ano 2022 - proposta

PONTO 1 -APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2021

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respectiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 192/2015, de onze de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), para efeitos de aprovação no uso da competência fixada na alínea i) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09.

Verificou-se que integram o inventário, composto por trezentas e noventa e seis folhas, os seguintes documentos:

a) fichas patrimoniais referentes a Investimentos financeiros, Propriedades de Investimento, Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Investimentos em Curso (classe 4 - Investimentos do SNC-AP);

b) mapas das alterações patrimoniais, no valor total de € 223.417,03 (duzentos e vinte três mil e quatrocentos e dezassete euros e três cêntimos);

c) mapa geral de bens móveis abatidos, no valor total do abate de € 409,96 (quatrocentos e nove euros e noventa e seis cêntimos) sendo o valor patrimonial atualizado de € 28.950,03 (vinte e oito mil e novecentos e cinquenta euros e três cêntimos);

d) mapa geral de bens imóveis abatidos, no valor total do abate de € 19.494,00 (dezanove mil e quatrocentos e noventa e quatro euros) sendo o valor patrimonial atualizado de € 19.494,00 (dezanove mil e quatrocentos e noventa e quatro euros);

e) mapa do ativo bruto reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, cujo saldo final é de € 73.260.899,48 (setenta e três milhões e duzentos e sessenta mil e oitocentos e noventa e nove euros e quarenta e oito cêntimos);

f) mapa de immobilizações em curso (denominado "Mapa dos investimentos em curso", em SNC-AP) em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, cujo saldo final é de € 697.463,22 (seiscentos e noventa e sete mil e quatrocentos e sessenta e três euros e vinte e dois cêntimos); e

g) mapa das amortizações e depreciações (denominado "Mapa das amortizações e provisões" em SNC-AP) reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, cujo saldo final é de € 42.064.135,75 (quarenta e dois milhões e sessenta e quatro mil e cento e trinta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos).

Verificou-se ainda que o valor total das dívidas a terceiros (classe dois do SNC-AP) é de € 12.506.521,55 (doze milhões e quinhentos e seis mil e quinhentos e vinte e um euros e



19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

cinquenta e cinco cêntimos); que o valor total das dívidas de terceiros (classe dois do SNC-AP) é de € 1.261.014,78€ (um milhão e duzentos e sessenta e um mil e catorze euros e setenta e oito cêntimos); que o valor total dos inventários (classe três do SNC-AP) é de € 39.105,30 (trinta e nove mil e cento e cinco euros e trinta cêntimos) e que o valor total dos meios financeiros líquidos (classe um do SNC-AP) é de € 328.125,96 (trezentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos) cujos documentos de suporte se encontram anexos aos documentos de prestação de contas.

O Senhor Vereador José António Amaro Nunes chamou a atenção para o facto de continuar sem estar concluído o trabalho de inventariação do património do Município.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que é um trabalho que dificilmente será concluído, atendendo às lacunas existentes aquando do balanço inicial. Relembrando que só depois e 2014 existe o registo de trabalhos para a própria entidade. Disse ainda que, não obstante, os serviços estão a diligenciar para apresentar o inventário o mais completo possível.

Apreciado o presente documento, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais deste Município, referente ao ano de dois mil e vinte e um, elaborado de acordo com o SNC-AP, bem como todos os documentos que o compõem e a respetiva avaliação, no valor líquido de 31.196.763,73 € (trinta e um milhões e cento e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e três euros e setenta e três cêntimos).

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar o inventário à Assembleia Municipal para apreciação e votação, conforme previsto na alínea 1) do n° 2 do artigo 25° do suprarreferido diploma.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2021

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e um, elaborados nos termos do Decreto-Lei n° 192/2015, de onze de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução n° 1/2019 do Tribunal de Contas, os quais são os seguintes e se encontram integralmente elaborados, devidamente arquivados na Secção de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, onde estarão disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados:

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e um, elaborados nos termos do Decreto-Lei n° 192/2015, de onze de setembro, que aprova o Sistema de

Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas, os quais são os seguintes e se encontram integralmente elaborados, devidamente arquivados na Secção de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, onde estarão disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados:

1. Demonstrações financeiras (individuais):

* Balanço, que apresenta: no Ativo, o valor total de € 32 843 011,29 (trinta e dois milhões e oitocentos e quarenta e três mil e onze euros e vinte e nove cêntimos); no Património Líquido, o valor total de € 19 857 236,60 (dezanove milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos) e no Passivo o valor total de € 12 985 774,69 (doze milhões e novecentos e oitenta e cinco mil e setecentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos).

O balanço foi gerado em formato Excel e diretamente na aplicação SNC-AP e apresenta em anexo a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro ajustado, aprovado pela Assembleia Municipal em 27.02.2017, referente ao ano 2021;

* Demonstração de resultados por natureza, que apresenta Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento no valor de € 1 569 014,19 (um milhão e quinhentos e sessenta e nove mil e catorze euros e dezanove cêntimos); Resultado Operacional (antes de resultado financeiros) de - € 487 155,56 (menos quatrocentos e oitenta e sete mil e cento e cinquenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos); Resultado antes de Impostos de - € 628 935,09 (menos seiscentos e vinte e oito mil e novecentos e trinta e cinco euros e nove cêntimos); e o Resultado Líquido do Período de - € 628 935,09 (menos seiscentos e vinte e oito mil e novecentos e trinta e cinco euros e nove cêntimos). A demonstração de resultados por natureza foi gerada em formato Excel e diretamente na aplicação SNC-AP;

* Demonstração das alterações no património líquido, que apresenta: em "Posição no início do período" o valor de € 18 868 507,29 (dezoito milhões e oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e sete euros e vinte e nove cêntimos); em "Alterações no final do período" o valor de € 1 617 664,40 (um milhão e seiscentos e dezassete mil e seiscentos e sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos) e em "Posição no final do período" o valor de € 19 857 236,60 (dezanove milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos);

* Demonstração dos Fluxos de Caixa, que apresenta: o valor dos recebimentos menos pagamentos no montante de € 1.701.512,02 (um milhão e setecentos e um mil e quinhentos e doze euros e dois cêntimos), proveniente de "Fluxos de caixa de das atividades operacionais"; - € 1.099.980,01 (menos um



19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

milhão e noventa e nove mil e novecentos e oitenta euros e um cêntimo), proveniente de "Fluxos de caixa de atividades de investimento"; - € 554.593,61 (menos quinhentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e noventa e três euros e sessenta e um cêntimos), proveniente de "Fluxos de caixa de atividades de financiamento"; € 46.938,40 (quarenta e seis mil e novecentos e trinta e oito euros e quarenta cêntimos) em "Variações de caixa e seus equivalentes"; saldo da gerência anterior (SGA) no valor total de € 281.187,56 (duzentos e oitenta e um mil e cento e oitenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo SGA de execução orçamental no montante de € 48.562,55 (quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) e SGA de operações de tesouraria no montante de € 232.625,01 (duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco euros e um cêntimo); e saldo para a gerência seguinte (SGS) no montante total de € 328.125,96 (trezentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos), sendo SGS de execução orçamental no montante de € 32.967,04 (trinta e dois mil e novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos) e SGS de operações de tesouraria no montante de € 295.158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos);

*Anexo às demonstrações financeiras, do qual consta a seguinte informação:

Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico (Q1-Desagregação de caixa e depósitos);

Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros;

Ativos intangíveis: Q3.1-AI-Variação das amortizações e perdas por imparidades; Q3.2-AI-Quantia escriturada e variações no período; Q3.2A-AI- Desagregação das adições;

Acordos de concessão de serviços: concedente: Q4-Contratos concessão (concedente);

Ativos fixos tangíveis: Q5.1-AFT-Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas; Q5.2-AFT - Quantia escriturada e variações no período; Q5.2A-AFT-Desagregação das adições e Q 5.2B-AFT-Desagregação das diminuições;

Locações: Q6.1-Locações financeiras-Locatário; Q 6.2-Locações operacionais-Locatário;

Custos de empréstimos obtidos: Q7.1-Empréstimos obtidos-Empréstimos bancários;

Propriedades de investimento: Q8.1-PI-(modelo justo valor)-Quantia escriturada e movimentos do período;

Inventários: Q10.1-Inventários e Q10.2- Inventários: movimentos do período;

Rendimentos de transações com contraprestação: Q13.1-Rendimentos com contraprestação;

Rendimentos de transações sem contraprestação: Q14.1 - Rendimentos sem contraprestação;

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: Q15.1
- Provisões;

Acontecimentos após a data de relato; e
Interesses em outras entidades.

*Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 13, que apresenta o saldo final, a débito e a crédito, no montante de € 210.784.184,07 (duzentos e dez milhões e setecentos e oitenta e quatro mil e cento e oitenta e quatro euros e sete cêntimos);

*Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 14, que apresenta o saldo final, a débito e a crédito, no montante de € 117.873.897,34 (cento e dezassete milhões e oitocentos e setenta e três mil e oitocentos e noventa e sete euros e trinta e quatro cêntimos).

2. Demonstrações orçamentais:

2.1. Demonstrações previsionais: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual; Plano plurianual de investimentos (PPI).

2.2. Demonstrações de relato (individuais):

*Demonstração de desempenho orçamental, que apresenta:

Saldo da Gerência Anterior (SGA), no montante de € 281 187,56 (duzentos e oitenta e um mil e cento e oitenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo o montante de € 48 562,55 (quarenta e oito mil e quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos), correspondente a operações orçamentais e o montante de € 232 625,01 (duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco euros e um cêntimo) correspondente a operações de tesouraria;

Receita corrente, no montante de € 9 087 212,51 (nove milhões e oitenta e sete mil e duzentos e doze euros e cinquenta e um cêntimos) e receita de capital, no montante de € 2 425 941,72 (dois milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e novecentos e quarenta e um euros e setenta e dois cêntimos), perfazendo a receita efetiva no montante total de € 11 513 154,23 (onze milhões e quinhentos e treze mil e cento e cinquenta e quatro euros e vinte e três cêntimos), a que acresce a receita não efetiva no montante de € 897 632,60 (oitocentos e noventa e sete mil e seiscentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos); a soma da receita efetiva com a receita não efetiva perfaz o total de € 12 459 349,38 (doze milhões e quatrocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e nove euros e trinta e oito cêntimos);

Despesa corrente, no montante de € 8 356 285,58 (oito milhões e trezentos e cinquenta e seis mil e duzentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos) e despesa de capital, no montante de € 2 835 804,37 (dois milhões e oitocentos e trinta e cinco mil e oitocentos e quatro euros e trinta e sete cêntimos), perfazendo a despesa efetiva no montante total de € 11 192 089,95 (onze milhões e cento e noventa e dois mil e oitenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos); a que acresce a despesa não efetiva no montante de € 1 234 292,39 (um milhão e duzentos e trinta e quatro mil e duzentos e



PL. 021
[Handwritten signature]

19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

noventa e dois euros e trinta e nove cêntimos); a soma da despesa efetiva com a despesa não efetiva perfaz o montante de € 12 426 382,34 (doze milhões e quatrocentos e vinte e seis e trezentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos);

Saldo para a gerência seguinte (SGS) no montante total de € 328 125,96 (trezentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos), sendo o montante de € 32 967,04 (trinta e dois mil e novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos) correspondente a operações orçamentais e o montante de € 295 158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos) a operações de tesouraria; e

Saldo global, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, no montante de € 321 064,28 (trezentos e vinte e um mil e sessenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos);

*Demonstração de execução orçamental da receita, que apresenta: em previsões corrigidas, o montante total de € 17 911 614,12 (dezassete milhões e novecentos e onze mil e seiscentos e catorze euros e doze cêntimos); em receitas por cobrar de períodos anteriores, o montante de € 250 129,81 (duzentos e cinquenta mil e cento e vinte e nove euros e oitenta e um cêntimos); em receitas cobradas líquidas, o montante total de € 12 779 334,38 (doze milhões e setecentos e setenta e nove mil e trezentos e trinta e quatro euros e trinta e oito cêntimos); e em receitas por cobrar no final do período no montante de € 357 633,58 (trezentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e trinta e três euros e cinquenta e oito cêntimos), a que corresponde o grau de execução orçamental no período corrente de 68,74%;

*Demonstração de execução orçamental de despesa, que apresenta: em dotações corrigidas o montante total de € 17 911 614,12 (dezassete milhões e novecentos e onze mil e seiscentos e catorze euros e doze cêntimos); em despesas por pagar de períodos anteriores, o montante de € 2 781 611,61 (dois milhões e setecentos e oitenta e um mil e seiscentos e onze euros e sessenta e um cêntimos); em despesas pagas líquidas de reposições, o montante total de € 12 426 382,34 (doze milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos); e em obrigações por pagar, o montante de € 2 491 057,03 (dois milhões e quatrocentos e noventa e um mil e cinquenta e sete euros e três cêntimos), a que corresponde o grau de execução orçamental no período corrente de 56,30%;

*Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, que apresenta o montante previsto no ano de € 4 117 898,70 (quatro milhões e cento e dezassete mil e oitocentos e noventa e oito euros e setenta cêntimos) e o montante executado de € 2 548 074,40 (dois milhões e quinhentos e quarenta e oito mil e setenta e quatro euros e

quarente cêntimos), a que corresponde a taxa de execução anual de 61,88%;

*Anexo às demonstrações orçamentais:

Alterações orçamentais da receita;

Alterações orçamentais da despesa;

Alterações ao plano plurianual de investimentos;

Operações de tesouraria, que apresenta o saldo inicial de € 232 625,01 (duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco euros e um cêntimo) e o saldo final de € 295 158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos);

Contratação administrativa - situação dos contratos, que apresenta pagamentos da gerência no montante total de € 6 671 518,15 (seis milhões e seiscentos e setenta e um mil e quinhentos e dois euros e quinze cêntimos);

Contratação administrativa - adjudicação por tipo de procedimento, que apresenta o montante total de adjudicações registadas/iniciadas no exercício, com exceção das anuladas e arquivadas e excluindo as modalidades no âmbito do COVID, no montante total de € 4 066 053,34 (quatro milhões e sessenta e seis mil e cinquenta e três euros e trinta e quatro cêntimos), correspondente a 167 contratos;

Transferências e subsídios concedidos, que apresenta o montante total de transferências correntes de € 641 609,53 (seiscentos e quarenta e um mil e seiscentos e nove euros e cinquenta e três cêntimos); transferências de capital no montante total de € 287 729,97 (duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte e nove euros e noventa e sete cêntimos) e subsídios no montante total de € 263 414,15 (duzentos e sessenta e três mil e quatrocentos e catorze euros e quinze cêntimos);

Transferências e subsídios recebidos, que apresenta transferências correntes no montante total de € 6 520 147,50 (seis milhões e quinhentos e vinte mil e cento e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos) e transferências de capital no montante total de € 2 550 722,42 (dois milhões e quinhentos e cinquenta mil e setecentos e vinte e dois euros e quarenta e dois cêntimos não tendo sido recebidos subsídios);

* Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos, que apresenta o montante total de dívida por natureza da despesa de € 4 871 050,35 (quatro milhões e oitocentos e setenta e um mil e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos); e

*Encargos contratuais;

3.Contabilidade de gestão: Relatório de gestão (parágrafo 34 NCP 27).

4.Outros: Correspondência entre o plano de contas local e o plano de contas central.

5.Documentos genéricos:

*Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato;

*Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP);



19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

- *Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP);
- *Caracterização da entidade;
- *Mapa dos investimentos financeiros;
 - *Mapa de acumulação de funções;
- *Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício e dos juros obtidos no exercício;
- *Reconciliações bancárias;
- *Síntese das reconciliações bancárias;

6. Documentos específicos para a Administração Local:

- *Dívida total: Entidades relevantes para efeitos da dívida total;
- *Apuramento da dívida total, que apresenta o montante de € 11 584 358,61 (onze milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e oito euros e sessenta e um cêntimos);
- *Limite da dívida total no ano N, que apresenta o montante de € 12 486 936,58 (doze milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil e novecentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos);
- *Transferência de competências de órgãos do Estado;
- *Delegação de competências do Município; e
- *Mapa de empréstimos, que apresenta no final do período, capital em dívida no montante total de € 6 285 097,00 (seis milhões e duzentos e oitenta e cinco mil e noventa e sete euros).

7. Outros:

*Dados sobre a execução física e financeira das medidas de combate aos efeitos da COVID-19, no ano 2021. Presente ainda uma informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de hoje, indicando que não são apresentados os seguintes documentos constantes do Anexo A à Instrução n° 1/2019 do Tribunal de Contas, em virtude de não existir informação a divulgar, da natureza ou com o conteúdo ali indicado:

1. Demonstrações financeiras (individuais):

No Anexo às demonstrações financeiras:

Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: Q2. Reexpressão retrospectiva;

Ativos intangíveis: Q 3.2B-AI- Desagregação das diminuições; Q 3.3. Excedentes de revalorização;

Ativos fixos tangíveis: Q 5.3. Excedentes de revalorização. Locações: Q 6.3. Locações financeiras - locador; e Q 6.4. Locações operacionais - locador;

Propriedades de investimento: Q8.2 -PI (modelo do custo)-quantia escriturada e movimentos do; Q8.1A-PI (modelo justo valor) - desagregação das adições; Q8.2A-PI (modelo do custo) - desagregação das adições; Q8.1B - PI (modelo justo valor) - desagregação das diminuições; e Q8.2B-PI (modelo do custo) - desagregação das diminuições;

Imparidade de ativos: Q9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa;

Agricultura: Q11.1 Agricultura (variações);
Contratos de construção: Q 12.1 Contratos de construção;
Efeitos de alterações em taxas de câmbio;
Instrumentos financeiros: Q 18.1 Ativos financeiros; Q 18.2 Passivos financeiros; Q 18.3 Instrumentos de cobertura de riscos; e Q 18.4 Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital;
Benefícios dos empregados: Q 19.1 Valor presente da obrigação de benefícios definidos; Q 19.2 Justo valor dos ativos do plano e dos direitos de reembolso reconhecidos como ativo; Q 19.3 Gastos reconhecidos no período.
Divulgações de partes relacionadas: Q 20 Listagem de entidades controladas; Q 20.1 Transação entre partes relacionadas e Relato por segmentos;
Contabilidade de gestão: Relatórios periódicos de relato à gestão; e
Documentos genéricos: Relatório e parecer do órgão de fiscalização.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por agradecer aos funcionários da área financeira e à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o trabalho desenvolvido na elaboração dos presentes documentos de prestação de contas, com muita competência e dedicação. Agradeceu ainda ao Senhor Vice-Presidente pela forma como se empenhou na apresentação da prestação de contas e aos Senhores Vereadores José Antônio Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias pelo interesse que demonstraram em conhecer o teor destes documentos, em reunião realizada ontem com o Senhor Vice-Presidente.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Começo por reforçar o agradecimento do Senhor Presidente da Câmara a todos os funcionários da Divisão Administrativa e Financeira que deram o seu contributo na elaboração destes documentos e aos Senhores Vereadores José Antônio Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias por mostrarem disponibilidade total para falarmos sobre a prestação de contas.

Enquadramento macroeconómico do ano de 2021: após a acentuada recessão em 2020 na sequência da pandemia do vírus Covid-19, o ano de 2021 foi marcado por uma recuperação de forma generalizada em todos os países do mundo. A economia mundial cresceu 5,9%, em resultado do crescimento de 5,2% das economias avançadas e de 6,4% das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento. Apesar desta recuperação na atividade económica, a pandemia com as suas diversas variantes e efeitos distribuídos pelos países em momentos diversos, continuou a provocar uma forte disrupção nas cadeias de produção da economia mundial.

Para Tarouca, 2021 foi um ano complicado, porque se acentuou a pandemia e começámos a registar os primeiros e maiores



19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

problemas. Logo no início do ano ocorreu um surto de COVID-19 na Santa Casa da Misericórdia, que motivou o acionamento do Plano Municipal de Emergência, reativado em dezembro devido ao crescimento exponencial da variante Omicron.

Grandes Opções do Plano: verifica-se uma execução de 55%. Os maiores desvios devem-se ao atraso no recebimento dos fundos comunitários de projetos que seguiram a sua normal execução, com ligeiros atrasos, e que se fizeram refletir nas contas de 2021. Assim, os investimentos participados onde se refletiram atrasos foram: Remodelação e Reparação da Escola EB 2/3 de Tarouca; Equipamentos sociais; Regeneração da Zona Ribeirinha do Outeiro - Mondim da Beira; Sistema de Recolha Seletiva Porta a Porta; Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca - AAEL; Wifi 4U; o Wifi Espaços Públicos Municipais; e Caminho dos Monges.

Já a reparação da Escola E.B.273-S de Tarouca foi realizada em 2021, com execução financeira ao 2022.

O ano de 2021 foi também um ano de grande investimento público municipal. Destaco a conclusão das seguintes obras: requalificação do Parque de Santa Helena; valorização da Igreja de S. Pedro, de Tarouca; regeneração e Revitalização do Núcleo Antigo de Tarouca (fase 2); melhoria da mobilidade suave entre Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca; interface de Táxis; regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha (Fase 2); Wifi 4U; Wifi Espaços Públicos; remodelação dos Abrigos de Passageiros; e a substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED.

Com início de execução no ano findo, registam-se as seguintes obras: regeneração da Zona Ribeirinha do Outeiro, na freguesia de Mondim da Beira; Área de Acolhimento Empresarial Local; e o restauro do Órgão de Tubos de São Joao de Tarouca.

Na área da proteção civil, uma referência muito positiva à limpeza florestal e de mosaicos, já bem visível na Serra de Santa Helena.

Educação: para além das medidas de continuidade, é de destacar todo o trabalho feito em parceria com o Agrupamento de Escolas, mediante a realização de muitas atividades que tornam as nossas crianças mais ricas.

Ação Social: reforço da intervenção do Município na sociedade e nos próximos tempos será certamente um dos setores com maior dinâmica. Houve uma parceria intensa com as várias instituições particulares de solidariedade social do Concelho, destacando a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca. No ano 2021, foi possível: dar continuidade ao apoio logístico, financeiro e técnico às várias instituições de solidariedade social; continuar a apoiar logística e financeiramente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca; participar financeiramente na aquisição de equipamento e material de proteção individual para os Bombeiros Voluntários, IPSS, GNR e Centro de Saúde; acompanhar e apoiar idosos ou pessoas incapacitadas,

sobretudo as que vivem mais isoladas; manter o apoio às famílias em situação de carência, designadamente na área da saúde, com medicamentos e consultas, na melhoria das condições de habitabilidade e na execução de obras de adaptação para pessoas com mobilidade reduzida; promover o apoio psicossocial a pessoas e famílias em risco ou em situação de exclusão, melhorando a sua inclusão social e profissional; reforçar a capacidade de atuação da Unidade Móvel de Saúde, através da parceria com os serviços de saúde locais; manter o apoio à natalidade; garantir o transporte escolar gratuito; apoiar a aquisição material escolar para os alunos do 1º ciclo; garantir o almoço gratuito para toda a comunidade escolar do pré-escolar e 1º ciclo; manter o IMI em valores mínimos e a sua redução para os agregados familiares com um ou mais filhos.

Neste ano de 2021, foram muitas as atividades que a autarquia levou a efeito para minimizar os riscos da doença, diminuir as situações de contágio e proteger os mais vulneráveis, tendo facultado todo o apoio no Centro de Saúde e centro de Vacinação do Douro Sul para garantir a vacinação dos nossos cidadãos, tendo para o efeito disponibilizado assistentes técnicos e operacionais para apoio a este serviço, bem como técnicos superiores da área da saúde.

Estratégia Local de Habitação: todos na última reunião a ficámos a conhecer. Iniciou no primeiro semestre de 2021 e terminou em dezembro de 2021.

Os investimentos no âmbito do PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, que incidirá os seus investimentos na reabilitação urbana, o PAMUS - Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável e o PROVERE criarão certamente novas janelas de oportunidades para o setor turístico, pois estes planos não compreendem apenas os investimentos já realizados e a realizar pelo município, mas também a promoção e acesso a fundos comunitários de investimentos de empreendedores e proprietários locais

Esperamos que com a reabertura ao público, setor do turismo tenha o retorno desejado.

Saneamento e águas: não foi um setor de grande investimento, o qual só será possível quando os municípios se juntarem. Destaco o trabalho muito importante que foi feito em 2021, na recuperação das Etar's e do nosso rio.

Agricultura: há trabalhos do Município, na beneficiação dos caminhos, dos açudes e regadios, em colaboração com as Juntas de Freguesia. O ano passado, a Régiefutas bateu records de faturação, os agricultores devolveram a confiança a esta entidade.

O setor da cultura e do desporto registaram uma paragem em 2021, devido à pandemia, apenas se mantendo os eventos em que esteve garantido o distanciamento social.

Saliento ainda o peso no Plano Plurianual de Investimento da execução da AAEL de Tarouca. Por outro lado, foi também



Fl. 024
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

19.04.2022

CÂMARA MUNICIPAL

garantido algum apoio aos nossos comerciantes, com a aprovação de várias isenções.

Plano Plurianual de Investimentos: apresenta uma taxa de execução de 62%, com grande peso da habitação e serviços coletivos; e peso relativo dos transportes e comunicações, indústria e energia e turismo.

Execução orçamental da receita: em 2 anos o respetivo valor aumentou dois milhões de euros, decorrente do aumento das transferências correntes do Estado.

A propósito, manifestar aqui o nosso desagrado relativamente ao próximo Orçamento do Estado que prevê uma diminuição das transferências para este Município de seiscentos mil euros.

Em 2021, a execução dos fundos comunitários foi de cerca de 100%, facto de que muito nos orgulhamos.

As transferências correntes e os fundos comunitários representam cerca de 70 vezes das receitas totais do Município.

As taxas arrecadadas registaram uma execução próxima dos 100%.

Despesa: o aumento da despesa é igual ao aumento da receita.

Destaco ainda as rubricas das despesas com o pessoal, onde se verifica um aumento devido ao aumento de Remuneração Mínima Mensal Garantida, mas o respetivo peso relativo diminuiu.

Empréstimos: foram efetuados pagamentos de amortizações e juros no valor total de um milhão e duzentos e trinta e quatro mil euros, cerca de cem mil euros por mês.

Limites legais: afirmamos com orgulho que Tarouca não se encontra com excesso de endividamento. Terminámos o ano com margem absoluta superior a novecentos mil euros.

Como disse atrás, o Município tem a receber dos fundos comunitários cerca de um milhão de euros. Se tivéssemos recebido essa verba, a nossa margem de endividamento seria de um milhão e oitocentos mil euros.

Os pagamentos em atraso baixaram e o prazo médio de pagamentos também baixou de 225 dias, em 2018, para 128 dias, cerca de 4 meses.

Situação financeira: o resultado líquido do exercício continua negativo, mas subiu para cerca de 600 mil euros.

Em relação aos gastos do exercício de 2021, analisando a Demonstração de Resultados e a representação gráfica dos mesmos constantes do gráfico anterior, verifica-se que os gastos com o pessoal assumem grande relevância na estrutura de gastos totais representando 45,97%, e conforme pode-se verificar, mesmo com o aumento do salário mínimo nacional, esta rubrica apenas teve um aumento de 56.959 euros, em comparação com o ano anterior.

Os valores com Fornecimentos e Serviços Externos representam 15,41%, tendo diminuído em cerca de 29 mil euros em comparação com o ano de 2020.

Os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas registam uma diminuição de cerca de 80 mil euros, sendo estes gastos em sua grande parte resultantes da aquisição de

materiais para a realização de obras por administração direta e água para consumo à empresa Águas do Norte.

O balanço apresenta uma dívida de fornecedores de cerca de 903.000 euros, que seria muito útil para baixar a nossa dívida.

Finalmente, os indicadores. Todos melhoraram entre 2020 e 2021. Continuamos com problemas na liquidez, quer a geral, quer a imediata.

Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo: o montante das dívidas de terceiros a curto prazo é de 1.261.014,68 € (diminuem em relação ao ano anterior); o montante das dívidas a terceiros, a curto e médio/ longo prazo é de respetivamente, 4.254.991,66 € e 8.251.530,49 € (diminuem em relação ao ano anterior).

Finalmente, do relatório de gestão consta a identificação das despesas com COVID-19, diminuição das receitas e medidas implementadas."

Apreciados os mencionados documentos, foi deliberado por três votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias:

Aprovar, no uso da competência prevista na alínea i) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09, os presentes documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e um;

Aprovar o relatório de gestão;

Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve na íntegra: "Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de € 628 935,09 EUR negativos, seja transferido para resultados transitados."

Os **Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias** ditaram para a ata a seguinte declaração de voto:

"Estes documentos não traduzem só números e técnica contabilística, pois quanto a esta parece-nos bem executada pelo que nos congratulamos com os funcionários que o elaboraram.

Eles também traduzem e evidenciam uma ideia, um objetivo, metas, estratégias ou não.

Por isso:

Grandes opções do plano:

Em 2021 só foi executado 55% do Previsto - Falta de concretização relativamente ao planeado, atraso de pagamentos às águas do norte e serviços de recolha e tratamento de resíduos e de fornecimento e serviço elétrico, para além de atraso na execução de obras não/ e participadas pelos fundos comunitários, ou seja grande desvio do previsto nas grandes opções do plano e no executado, ou seja realizou-se só praticamente metade do que o planeado, pese embora tenha havido em 2021 3 alterações ao orçamento e plano orçamental



MUNICÍPIO DE TAROUCA

19.04.2022

CÂMARA MUNICIPAL

plurianual e às grandes opções do plano de 2021, o que por si só é demonstrativo de alguma incapacidade de se concretizar o planeado.

Execução do PPI:

Também aqui se verifica um grande desvio entre o planeado e o executado, ou seja, apesar de 3 retificações, mesmo assim a execução ficou em cerca de 60%, sendo o maior desvio em setores fundamentais, ou seja, na habitação e serviços coletivos, na indústria e energia, nos transportes e comunicações e na educação.

Execução Orçamental

Os anos anteriores neste capítulo é-nos dado pelos seguintes gráficos contendo a comparação entre o orçamento previsto despesa e a execução da despesa, nos anos de 2013 (€ 12 583 210/ € 8 607 564); 2014 (€ 13 170 630/€ 8 821 708); 2015 (€14 283 246/€ 9 498 820); 2016 (€12 680 690/€9 141 241); 2017 (€ 17 638 530/€14 766 947); 2018 (€14 032 800/€9 769 713); 2019 (€15 069 735/€ 10 401 655) a 2020 (€ 17 035 000/ € 11 153 138) e a comparação do grau de execução da receita e da despesa no mesmo período: 2013 (68,7%/68,4%); 2014 (66,2%/67%); 2015 (66,6%/66,5%); 2016 (63,4%/72,1%); 2017 (83,8%/83,7%); 2018 (69,7%/69,6%); 2019 (69,1%/69%) e 2020 (65,8%/65,5%).

Em 2021 temos o seguinte com a situação já mencionada de se efetuarem 3 revisões: as taxas de execução da receita total (69,56%), corrente (71,74%) e de capital (63,97%), e da despesa (69,38%), corrente (70,68%) e de capital (66,84%).

Foi o maior orçamento do tempo deste executivo, será por ter sido ano de eleições, tal como aconteceu em 2017, só que aqui tivemos uma redução na execução, ou seja, em 2017 houve uma execução de cerca de 84% enquanto em 2021 se ficou apenas em 69,5%, o que representa um desvio de quase cinco milhões e meio de euros.

Como conclusão o Executivo não executou aquilo que foi aprovado na assembleia Municipal, ficando muito aquém.

Existe também desequilíbrio financeiro, onde se identifica que o executivo assume despesa para a qual não tem receita.

Existe uma gafe no quadro da evolução das receitas 2019-2021, duas colunas com o mesmo ano de 2020- página 53 do relatório de contas. O mesmo na evolução da despesa - página 57.

Análise Financeira:

Apesar do passivo ter reduzido e as dívidas em atraso, pese embora se considere o valor de 900.888,37 € ainda elevado comparado com os anos até 2017, o facto é que os fornecedores continuam a receber mais tarde, dado pelo prazo médio de pagamento.

Entre os anos de 2013 e 2020, o montante de dívidas em atraso, apresentou uma evolução de € 658 493 para €1 210 759. A evolução do Prazo Médio de Pagamentos foi de 225, 201, 111 e 128 dias entre 2018 e 2021.

Conta de resultados

Na rúbrica de rendimentos imputados a empresas associadas ou controladas, temos um valor apenas de 5,72 €, quais são os rendimentos ou custos que aqui estão registados? Pois com participações financeiras no montante de 551.494,00 € não nos parece que tenha sido registado as participações pelo método de equivalência patrimonial, assim queríamos saber por entidade qual o valor que estas participações deveriam ser reconhecidas.

Existe um aumento na rúbrica de trabalho para a própria entidade, pergunta-se se o município já implementou a contabilidade de custos que possa aferir o valor registado nesta conta, até porque tem sido um dos reparos pelos auditores na sua certificação, por falta de critérios objetivos.

Por outro lado, no anexo às contas referem que quanto á imparidade nas contas de clientes de água e saneamento, foi efetuado um reforço de 26,50 € em dividas em mora de 6 até 12 meses e uma reversão de 25.576,31 €, nas dividas em mora á mais de 12 meses, mas afinal na demonstração de resultados aparece registado tudo como um reforço, assim em que ficamos? Na eventual de ser reforço quais são os principais devedores em mora?

Quanto aos gastos de Fornecimentos e serviços externos, registam uma redução enquanto os gastos com o pessoal aumentam.

Como justificam a subida de outros gastos no montante de 209.246.04 €, com um aumento percentual de 212,5 %?

Quanto aos juros e gastos similares, tendo reduzido a divida bancária, e não tendo havido aumento da taxa de juro, como se justifica o aumento em 78.197,71 €, ou seja, em 123%. Será que a especialização do exercício tem vindo a ser feita de acordo com o principio e as boas práticas?

Perante as situações evidenciadas, bem como não tendo conhecimento da certificação legal de contas, não podemos votar favoravelmente as contas, todavia atendendo ao ano difícil relativamente aos problemas levantados pela pandemia, nomeadamente no 1º semestre de 2021, vamos dar o beneficio da dúvida ao Executivo, com voto em abstenção."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, em resposta às questões colocadas da declaração de voto supratranscrita, prestou os seguintes esclarecimentos:

"O valor de € 5,72 corresponde a dividendos provenientes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Quanto à contabilidade de custos, está a funcionar desde 2014 e a prestação de contas inclui resultados da contabilidade de gestão, que necessitam de maior aprofundamento.

Relativamente às imparidades, não havia o hábito de as fazer no anterior regime contabilístico, por não ser aplicável. Provavelmente este valor irá aumentar, pois não nos esqueçamos que durante estes dois anos de pandemia, foram proibidos os



026

19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

cortes de fornecimento de água. Houve dívidas provenientes da prestação desses serviços que aumentaram, e são essas que estão aqui refletidas.

No entanto, estamos a melhorar o procedimento de cobrança. Por exemplo, o processamento das notificações para pagamento das dívidas do fornecimento de água foi informatizado há cerca de oito anos.

Quanto ao aumento na rubrica de outros gastos, o SNC-AP incluiu aqui outras contas que não se verificava no POCAL.

No que respeita ao aumento dos juros e gastos similares, resulta da celebração do acordo de pagamentos celebrado com a sociedade "Águas do Norte, SA" por força do qual foram reconhecidos os juros vencidos e vincendos. Não é um aumento de juros da banca.

As Grandes Opções do Plano incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais, onde se encontram os pagamentos a grandes empresas de águas, resíduos sólidos urbanos e energia elétrica.

No caso do Plano Plurianual de Investimentos em concreto, a percentagem que vemos aqui, não é a percentagem do que se executou fisicamente, é a percentagem do que se executou financeiramente, porque a execução física do PPI ia quase para 85% a 90%.

Se recebêssemos cerca de um milhão de euros de pedidos de pagamento à União Europeia/Estado Português, antes de 31/12 para realizar pagamentos até aquela data, o aumento da execução do PPI seria de 3,5 milhões, representando quase 100% de execução financeira. Não obstante, considero que a execução foi bastante positiva e das melhores que tivemos até aqui.

Também o Prazo Médio de Pagamentos melhorou muito. O aumento de 2018 foi devido ao reconhecimento de todas as faturas da sociedade Águas do Norte, que passaram para pagamentos em atraso ao mesmo tempo, logo não pode ser tido como momento comparativo.

O Município de Tarouca está a pagar melhor, e isto é dito pelos fornecedores."

O **Senhor Vereador José António Amaro Nunes** perguntou se está a ser efetuada a cobrança das dívidas provenientes do fornecimento de água ou se há algum tipo de perdão de estabelecido.

Disse ainda que, sobre a questão das águas e do preço das tarifas, deveria ser feita maior pressão pelo Município, através dos seus representantes, e da CIMDOURO, tendo uma voz mais ativa.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que não existe nenhum perdão de dívidas dos consumidores de água, mas que tem sido autorizado o pagamento em prestações, em casos de carência social. Noutras situações, não pode ser feito, porque isso seria criar uma lógica de aproveitamento, que não querem incentivar.

Sobre a questão das águas, disse que os autarcas da CIMDOURO não estão parados e têm vindo a contestar junto da Administração Central.

Relativamente aos investimentos municipais, salientou a recente aprovação da candidatura para execução das obras de melhoria da eficiência energética da Escola C+S de Tarouca; a execução da rede de saneamento da zona baixa do Bairro de São Pedro. Concluiu referindo que a Regiefrutas terminou o ano de 2021 com um resultado líquido positivo de cento e sessenta mil euros.

O **Senhor Vereador José António Amaro Nunes** disse que é positivo o facto de estar a ser implementada a contabilidade de custos, porque permite perceber o que o Município faz e é refletido nas contas. Disse ainda que a Régiefrutas foi um investimento tão contestado na sua nascença e os resultados alcançados só vêm reforçar que estava certo quem viu mais longe na altura.

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar os presentes documentos de prestação de contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, conforme previsto na alínea 1) do n.º 2 do artigo 25.º do referido Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias retirou-se da reunião, devido a compromissos pessoais inadiáveis.

PONTO 3 - CIMDOURO - PEDIDO DE PAGAMENTO DO VALOR DE € 3.624,00, RELATIVO À OPERAÇÃO SOMOS UCRÂNIA

Presente um email datado de onze de abril corrente, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro, informando que relativamente à Operação "Somos Ucrânia" foram enviados nove camiões de mercadorias e dois autocarros de passageiros à Ucrânia, cujo valor total da despesa foi de € 68.842,00, cabendo o valor de € 3.624,00, a cada um dos dezanove municípios.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que ainda é necessário realizar outras despesas com o acolhimento dos refugiados Ucrânianos, e que têm o compromisso de fazer com que essas pessoas se sintam bem, continuando a dar auxílios, ação que está a ser acompanhado pela Senhora Vereadora Susana Cristina Sarmiento Gouveia de Assunção.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o pagamento do valor de € 3.624,00 (três mil e seiscentos e vinte e quatro euros) à Comunidade Intermunicipal do Douro, devido pela participação deste Município na operação "Somos Ucrânia" (alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 4 - CIMDOURO - PEDIDO DE PAGAMENTO DO VALOR DE € 845,00 RELATIVO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA, NOS DIAS 16 A 20 DE MARÇO DE 2022



Fl. 027
[Handwritten signature]

19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Presente um email datado de onze de abril corrente, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro, solicitando o pagamento do valor de € 845,00 relativo à participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, no stand partilhado pelos municípios da CIMDouro, nos dias 16 a 20 de março de 2022.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o pagamento do valor de € 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco euros) à Comunidade Intermunicipal do Douro, pela participação deste Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, no stand partilhado pelos municípios da CIMDouro, nos dias 16 a 20 de março de 2022 (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 5 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o Município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09) Período de 02.04.2022 a 12.04.2022

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- **Ministério da Administração Interna**

Tota: € 91,35

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para a reparação da casa anexa ao Posto da GNR, no âmbito do acolhimento dos refugiados Ucrânianos.

Tarouca, 13 de abril de 2022

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 02.04.2022 a 12.04.2022

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Comissão de Estudantes da Escola EB2,3/S Dr. José Leite Vasconcelos**

Total: € 984,00€

Finalidade: Apoio em espécie aquando da festa de Finalistas dos alunos da Escola EB2,3/S Dr. José Leite Vasconcelos.

❖ **Miguel Ângelo Costa Ramos**

Tota: € 1.020,96

Finalidade: Apoio em espécie (recargas de munições) para o atleta utilizar nas provas de modalidade de tiro ao alvo.

• **Associação DHT Tarouca**

Total: € 270,00

Finalidade: Apoio em espécie (alojamento) para a realização do campeonato de DOWNHILL 2022, nos dias 5 e 6 de março de 2022.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

Total: € 500,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços de pirotecnia) aquando da festa em Honra de S. Marcos em Valdevez-Ucanha.

Tarouca, 13 de abril de 2022

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José António Amaro Nunes solicitou informação sobre o apoio concedido à Comissão de Estudantes da Escola EB2,3/S Dr. José Leite Vasconcelos e sobre o apoio concedido a Miguel Ângelo Costa Ramos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que foi suportada a despesa com o serviço de segurança da festa dos finalistas e que foi concedido um patrocínio a Miguel Ângelo Costa Ramos, à semelhança dos anos anteriores, o qual, em contrapartida, participa nas provas desportivas usando t-shirts com o logotipo do Município de Tarouca, contribuindo assim para a divulgação do concelho, a nível nacional e internacional.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número sessenta e seis, de dezoito de abril corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 536.182,95 (quinhentos e trinta e seis mil e cento e oitenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 297.540,87 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos e quarenta euros e oitenta e sete cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 8 - INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - REFERENTE AO PERÍODO DE 07.12.2021 A 31.12.2021

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO



Fl. 028

19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 07.12.2021 A 31.12.2021**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 11.12.2020, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2021, junto se anexa a respetiva lista, **referente ao período de 07.12.2021 a 31.12.2021**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2021
2022	62.749,25 €	1.393.500,76 €
2023	0,00 €	779.727,52 €
2024	0,00 €	473.282,97 €
2025	0,00 €	387.795,34 €
TOTAL	62.749,25 €	3.034.306,59 €

Paços do Município, 18.04.2022

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos plurianuais assumidos, composta por uma folha. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - REFERENTE AO PERÍODO DE 01.01.2022 A 18.04.2022

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 01.01.2022 A 18.04.2022

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2021, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2022, junto se anexa a respetiva lista, **referente ao período de 01.01.2022 a 18.04.2022**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2021
-----	------------------	----------------------------------

2023	227.072,37 €	227.072,37 €
2024	23.368,86 €	23.368,86 €
2025	410,57 €	410,57 €
TOTAL	250 851,80 €	250 851,80 €

Paços do Município, 18.04.2022

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos plurianuais assumidos, composta por cinco folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10 - 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2022 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2022
PROPOSTA**

Considerando que:

1. Relativamente ao Orçamento da Receita:

a) Em reunião desta Câmara Municipal de 19.04.2022, foram aprovados os documentos de prestação de contas do ano 2021, incluindo o mapa da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê o saldo para a gerência seguinte (SGS) da execução orçamental no montante de € 32 967,04. Este saldo pode ser integrado mediante em revisão orçamental, relevando na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir (nº 5 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 03.09);

b) Verificou-se que um fornecedor de serviços externos deve proceder à devolução de uma verba, indevidamente paga pelo Município em 2021, sendo necessário proceder à respetiva inscrição em "Reposições não abatidas nos pagamentos", rubrica não prevista no Orçamento inicial;

2. Em contrapartida, relativamente ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, é necessário reforçar a dotação do projeto "Remodelação e reparação da Escola EB 2/3 de Tarouca",

proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do



029
FR. *[Handwritten signature]*

19.04.2022

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de 1ª alteração modificativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do ano 2022, cujos mapas se anexam:

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 37.967,04 em receitas não efetivas;

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 37.967,04 em despesas de capital;

*1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante total de € 37.967,04, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (aplicável por força da alínea b) do n°1 do artigo 17° do Decreto-Lei n° 192/2015, de 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei n°192/2015, de 11.09).

A presente alteração cumpre a regra do equilíbrio orçamental.

Paços do Município, 19.04.2022

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, a seguinte proposta de 1ª alteração modificativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do ano 2022, cujos mapas se anexam:

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 37.967,04 em receitas não efetivas;

* 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 37.967,04 em despesas de capital;

*1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação positiva no montante total de € 37.967,04, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (aplicável por força da alínea b) do n°1 do artigo 17° do Decreto-Lei n° 192/2015, de 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei n°192/2015, de 11.09).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Manoel de São Paulo Ramos*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

